

Editorial

É com grande satisfação que abrimos o primeiro número da *Revista Sequência – Estudos Jurídicos e Políticos*, do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, trazendo contribuições propícias para a reflexão jurídica e a construção do pensamento crítico.

Inauguramos esta edição com um artigo dos autores José Mário Wanderley Gomes Neto, da Universidade Católica de Pernambuco, Flávia Danielle Santiago Lima, da mesma instituição, e Tassiana Moura de Oliveira, da Universidade Federal de Pernambuco e professora visitante da SUNY at Albany. Os autores analisam como o desenho institucional do Supremo Tribunal Federal Brasileiro interfere no processo decisório dos conflitos que lhe são submetidos a julgamento, assegurando múltiplas opções aos magistrados na condução dos processos judiciais, promovendo estratégias voltadas para maximizar as chances vitoriosas de suas preferências e reduzindo os respectivos custos decisórios.

Nosso segundo aporte é de Paula de Castro Silveira, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL) e da Universidade Europeia de Lisboa e de Grace Ladeira Garbaccio, do Centro Universitário CESMAC de Alagoas, as autoras discutem, sob vários ângulos, as ferramentas utilizadas por organizações não governamentais, notadamente os protestos no mar, para pressionar os Estados costeiros a desistirem da pesquisa e da exploração de petróleo no Ártico.

A terceira contribuição vem de Eduardo Biacchi Gomes, da Uni-Brasil, e de Edileny Tomé da Mata, da Universidade Pablo de Olavide, na Espanha e do Instituto Joaquin Herrera Flores. Os autores abordam a questão do controle de constitucionalidade no sistema europeu analisando

suas características e trazendo casos práticos de reenvio prejudicial que acabam desafiando a eficácia do sistema.

Após, temos Rosângela Souza Bernardo, da Faculdade Princesa do Oeste, e Filomeno Moraes, da Universidade de Fortaleza, analisando as correlações existentes entre as condições da política nacional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que versa sobre anistia política, debatendo o militarismo e as características da política nacional como elementos conformadores da interpretação realizada pelo Supremo Tribunal Federal para as anistias políticas.

Em seguida, Átila de Alencar Araripe Magalhães e Renata Albuquerque Lima, ambos da Universidade de Fortaleza, discutem a necessidade de superação dos obstáculos epistemológicos, correlacionando-os com a mudança de jurisprudência do Poder Judiciário.

Francisco Cardozo Oliveira, da Unicuritiba, e Nancy Mahra de Meireiros Nicolas Oliveira, da Ematra-IX, analisam a relação entre reconstrução normativa, retomada do pensamento de Hegel e sobrevivência das formas (*Nachleben*), elaborada por Aby Warburg, para mostrar como os fundamentos do direito continuam sujeitos às formas de pensamento de fundamentos jusnaturalistas e positivistas.

André Soares Oliveira, da Faculdade Paraíso do Ceará, debate as possibilidades no Acordo de Paris para que os países em desenvolvimento cobrem o papel de liderança dos países desenvolvidos na sua implementação.

Fernando Lopes Ferraz Elias, do Centro Universitário de Brasília, discute o fenômeno do cumprimento do direito internacional, conforme os argumentos centrais do paradigma realista das relações internacionais.

Ainda Vanessa Alexandra de Melo Pedroso e Carlos Jair de Oliveira Jardim, ambos da Universidade Católica de Pernambuco, analisam a função da pena privativa de liberdade e o seu real cumprimento no cárcere contemporâneo brasileiro.

Por fim, Arno Dal Ri Jr. e Kristal Moreira Gouveia, ambos da Universidade Federal de Santa Catarina, discutem a função da personalidade

jurídica atribuída ao Estado no Código Penal Italiano de 1930 para a instituição de categorias autoritárias e totalizantes.

Agradecemos aos autores pelas ricas contribuições e esperamos que esta edição ofereça uma leitura profícua a todos.

Luiz Henrique Urquhart Cademartori

Editor-Chefe

Priscilla Camargo Santos

Editora-Assistente